

O MERCOSUL: PERSPECTIVAS PARA A SOCIEDADE E PARA A POLÍTICA*

Héctor Alimonda**

Para Pancho Aricó, amigo e mestre, estas notas que abririam outra roda de mate em nossas tertúlias duradouras.

O processo de integração entre a Argentina e o Brasil, que incorporou também o Uruguai e o Paraguai, vem desenvolvendo-se desde 1986. Em contraste com outras tentativas de integração ocorridas na América Latina, pode ser considerado um êxito. Trata-se, além disso, da mais importante iniciativa de política internacional no Cone Sul, na última década.

Essas afirmativas não parecerão novas para os negociadores, para os especialistas em relações internacionais, para muitos empresários, para muitos economistas. Quando caracterizamos esse processo como a iniciativa mais importante da década na política internacional do Cone Sul, estamos considerando que se trata de um vasto programa de acordos bilaterais e regionais que, desde o início, se propõe a utilizar essa dimensão como fundamento de uma profunda reestruturação econômica (e, portanto, social) de nossos países.

Já deveríamos estar acostumados ao estilo de legitimidade "técnica" que envolve as questões de política econômica e de relações internacionais em nossas democracias conservadoras do Cone Sul. Mas, assim mesmo, é notável a ausência de um debate social mais amplo sobre essas questões. O Programa de Integração Argentina-Brasil deu origem ao MERCOSUL e se propõe a estar em pleno funcionamento a partir de 1995. No entanto essas decisões foram tomadas sem que fossem formalizados mecanismos de informação e consulta aos setores interessados, sem que delas participassem nem mesmo os representantes constitucionais da vontade popular, sem que se tivesse sequer considerado as conseqüências que esse processo irá provocar em amplos segmentos produtivos e sociais.

A exclusão do social no processo de criação do MERCOSUL: esta seria apenas uma característica do estilo decisório da reestruturação conservadora. Mas o notável é, também, o desinteresse pelo tema que, com exceções bem marcadas, se nota entre aqueles que, por definição, deveriam estar naturalmente sensibilizados, como os profissionais das Ciências Sociais ou as pessoas comprometidas com uma perspectiva de aprofundamento democrático que atuam junto aos movimentos sociais e às organizações populares.

Este trabalho tem por objetivo chamar atenção para esse processo e para alguns de seus possíveis desdobramentos, que, em um futuro próximo, podem verificar-se na

* Este texto foi traduzido por Pedro Silveira Bandeira.

** Professor do CPDA da UFRJ.

região. Evidentemente, não esgotaremos o tema. Ao contrário, esperamos que este texto sirva para suscitar outras abordagens, análises e tomadas de posição que, a médio prazo, modifiquem a situação. Falaremos, antes de mais nada, de tendências que, como tais, podem ser revertidas pela intervenção política.

Começaremos por uma apresentação do processo que levou ao MERCOSUL, com duas fases bem caracterizadas. Em um segundo momento, analisaremos suas características por contraposição a um modelo saliente de integração internacional, a Comunidade Econômica Européia, que tem como embasamento uma referência societária absolutamente diferente. Por último, na parte mais pessoal e prospectiva do trabalho, tentaremos apresentar uma agenda de questões que poderão servir como temas para a reflexão intelectual e política.

Nosso enfoque tem uma característica relevante: concentra-se na Argentina e no Brasil, por serem as sociedades sobre as quais possuímos mais informações e com que estamos mais familiarizados.

Dois períodos na integração

Os acordos de 1986, assinados pelos Presidentes Alfonsín e Sarney, deram origem ao Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), desdobrado em 24 protocolos que foram formulados a partir de uma estratégia baseada nos princípios de "gradualismo, equilíbrio e realismo".¹ Vejamos suas características fundamentais.

Em primeiro lugar, em termos de relações internacionais, esses acordos vieram pôr fim a uma rivalidade histórica entre as duas maiores nações sul-americanas. A conceptualização dessa rivalidade deveria ser aprofundada. Digamos por agora que, em certa medida, o PICE pode ser projetado devido à desmoralização e à deslegitimação políticas dos atores tradicionais que respaldavam essa rivalidade (as Forças Armadas) e, ao mesmo tempo, como uma resposta à crise econômica que assolava a ambas as sociedades.

Foi, em suas origens, uma proposta essencialmente política, uma alternativa na busca de um novo projeto de crescimento, destinada a servir de fiadora dos regimes democráticos nos dois países, que notoriamente precisavam mostrar iniciativa e criatividade e estavam impedidos de recorrer às proposições desenvolvimentistas clássicas. Recorreram, então, a uma alternativa já pouco confiável, a da integração regional, desacreditada pelo fracasso de experiências anteriores. Desta vez, a proposta revelou-se mais viável, pelas suas características e pela determinação política de implementá-la.

Esse papel dos governos como protagonistas na formulação da iniciativa não é diminuído se recordarmos que a mesma também fazia parte das estratégias de agentes

¹ Conferência de Renato Marques, Chefe da Divisão Econômica Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, na FENAC, em Novo Hamburgo, em 30.8.91.

econômicos relevantes. O caso mais conhecido, evidentemente, é o das empresas multinacionais, que tem como exemplo a montadora de automóveis Autolatina. No entanto chamamos também atenção para um fenômeno muito menos conhecido, embora notável: o entrelaçamento entre capitais argentinos e brasileiros, que talvez possa remontar aos tempos do Barão de Mauá. Sem dúvida, a Bunge & Born é um exemplo saliente, mas existe uma rede antiga e sedimentada de relações econômicas e de interesses mútuos entre empresas de ambos os países. A proposta integracionista dos dois governos reconheceu essa realidade, fez dela um dado operacional e foi mais além, transformando-a em uma iniciativa política de grandes dimensões. Por isso, não se pode dizer que os governos agiram como representantes desses agentes, nem que a integração foi formulada como um "programa" dos mesmos. Já existia a integração da Autolatina e da Bunge & Born quando a proposta do PICE foi formulada: foi mais um lance de iniciativa política do que a representação de interesses.

A Proposta do PICE supunha:

- a) "unir-se para crescer", a formulação de uma alternativa de desenvolvimento conjunto, através de um amplo programa de integração econômica e integração;
- b) os intercâmbios comerciais de produtos primários e de produtos industriais acabados eram parte importante do programa, mas não seu objetivo estratégico. Tinham o sentido de fortalecer e agilizar os vínculos entre as duas economias, que se mantinham relativamente mais protegidas em relação ao mercado internacional. Era uma abertura bilateral, preservando uma certa fronteira em relação ao espaço econômico externo;
- c) o interesse maior do programa era o favorecimento da integração intra-industrial, através do aumento das trocas de insumos industriais semi-elaborados. O protocolo nº 1, de bens de capital, tem essa intenção. Dessa forma, pretendia-se que as indústrias de base tivessem uma alternativa para superar as limitações recessivas das respectivas economias nacionais, favorecendo economias de escala e a colaboração para o desenvolvimento tecnológico;²
- d) de forma coerente com essa proposta, vários protocolos do PICE referem-se à cooperação científica e tecnológica, incluindo a indústria militar e a energia nuclear. Esses protocolos são uma demonstração das ambições do PICE, concebido também como uma resposta conjunta aos desafios apresentados pela desmaterialização da produção, um equivalente, em dimensões latino-americanas, ao projeto Eureka europeu. Ao mesmo tempo, incorporavam ao âmbito associativo elementos importantes da era anterior de rivalidade — propunham para as respectivas Forças Armadas um espaço de cooperação tecnológica. Existe também um protocolo cultural, que incorpora disposições referentes à indústria cinematográfica, à indústria editorial, à televisão e à promoção de atividades conjuntas no âmbito cultural;

² Como afirma um dos idealizadores do PICE, o economista argentino, Daniel Chudnovsky: "Tendo em conta a história prévia de conflitos comerciais entre ambos os países, a própria experiência da ALALC e da ALADI, os diferentes graus de avanço do processo de industrialização entre Argentina e Brasil e, acima de tudo, a experiência de abertura unilateral vivida pela Argentina em 1978, além de, obviamente, a crise que enfrentam ambas as economias nos anos 80, colocou-se desde o início que o programa de integração seria gradual, flexível e equilibrado, no sentido de promover a especialização intra-setorial e não inter-setorial (isto é, a Argentina em agricultura e o Brasil em manufaturas)" (Chudnovsky, 1990).

- e) a iniciativa dos governos criava, então, um novo marco para uma proposta de desenvolvimento, que era, ao mesmo tempo, seletiva (com negociações por setor e por produto) e multidimensional (não se baseava apenas em intercâmbios comerciais, mas em um amplo espectro de perspectivas de colaboração). O gradualismo do PICE tinha o objetivo de "(...) dar tempo para que os setores produtivos de ambos os países se ajustassem às contingências criadas pela abertura parcial e seletiva de mercados, sedimentar interesses entre todos os participantes e desenvolver projetos compatíveis com a realidade econômica de cada país", fortalecendo o conjunto (Marques, 1991).³

Com os novos Governos de Menem e Collor, abre-se um segundo período no processo de integração, que tem como marcos significativos a Ata de Buenos Aires, de 6 de julho de 1990, e o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que cria o MERCOSUL, incorporando o Uruguai e o Paraguai.

Nessa segunda fase, o caráter do processo altera-se radicalmente. É abandonado o critério gradual e seletivo e passa-se a um acordo de redução progressiva, linear e automática de tarifas, à razão de 20% ao ano, para culminar, em 31 de dezembro de 1994, com a liberação total. Essa liberação passa a incluir, na mesma proporção, os produtos dos setores "sensíveis", que constituíam o que se denominava de uma "lista de exceções", que incluía, por exemplo, os produtos agrícolas argentinos de clima subtropical, como o açúcar e a erva mate. Vejamos as características dessa segunda fase:

- a) a integração perde seu caráter seletivo, tem um prazo determinado e implicará a formação de um mercado unificado. Aumenta drasticamente o número de setores afetados (todos) e é limitado o tempo concedido para seu ajuste ao novo espaço econômico;
- b) ao mesmo tempo, os Estados nacionais retrocedem drasticamente em sua função reguladora, limitando-se a deixar atuar as forças do mercado e concentrando-se na coordenação de suas políticas macroeconômicas (basicamente a política cambial);
- c) paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a integração se acelera, perde seu caráter abrangente. São desativados os projetos tecnológicos conjuntos, como a biotecnologia e a indústria aeronáutica;
- d) a ênfase no mercado recoloca em um lugar estratégico os intercâmbios comerciais, com a redução da proposta de "unir-se para crescer juntos", do projeto original;

³ É interessante ver a justificativa dada por Chudnovsky para esse gradualismo, a partir de uma análise da Comunidade Econômica Européia, onde, segundo ele afirma, "(...) resulta surpreendente verificar a quantidade de entraves não-tarifários existentes depois de trinta anos de integração comercial". Conclui: "Se em economias com o nível de desenvolvimento econômico e político que têm as européias e com o grau de aproximação comercial que conseguiram atingir até o presente, os programas de integração se colocam em termos de décadas e não simplesmente de anos, torna-se evidente que o tema que nos ocupa só pode ser abordado dentro de uma perspectiva de longo prazo e tendo em conta a magnitude dos problemas que um processo de integração deve enfrentar para chegar a bom termo" (Chudnovsky, 1990, p.228).

- e) porém outro paradoxo é que, junto com essa aceleração da integração regional, os governos que estruturam o MERCOSUL procedem a uma abertura geral de suas economias à concorrência internacional. Em lugar de uma abertura seletiva e preferencial em relação ao sócio regional, agora se processa uma diluição rápida da fronteira com o mercado internacional, especialmente acentuada no caso argentino.

Este último ponto é de importância significativa. À proposta do MERCOSUL sobrepõe-se um projeto mais distante, mas também mais poderoso e atrativo, a "Iniciativa para as Américas", proposta pelos Estados Unidos em junho de 1990, que teve uma reafirmação com a formação da North American Free Trade Association (NAFTA), incluindo o Canadá e o México. O Acordo do Jardim das Rosas, de junho de 1991, pelo qual os países do MERCOSUL aderem à iniciativa e se dispõem a uma negociação conjunta com os Estados Unidos, constitui-se na primeira ação conjunta do bloco no cenário internacional.

Outro traço relevante do período é que começam a estruturar-se núcleos de negociação e articulação. Foi estabelecido o Grupo Mercado Comum, organismo executivo com representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, de Economia e dos Bancos Centrais, que começaram a realizar reuniões com setores empresariais. Ao mesmo tempo, os Ministros de Economia e os Presidentes dos Bancos Centrais começaram o trabalho de harmonização de políticas. Também foi estabelecida uma comissão parlamentar conjunta, que estudará os acordos específicos antes de sua consideração pelos Poderes Legislativos.

Essa ampliação do espaço da discussão, no entanto, só ocorreu depois que todas as decisões fundamentais foram tomadas.

Resumamos, então, as características do MERCOSUL, antes de abordarmos a experiência da Comunidade Econômica Européia:

- a) em termos políticos, o MERCOSUL reafirma a opção neoconservadora do Estado mínimo. Essa filosofia política, já definida e implementada nacionalmente, se reproduz ao nível da integração regional. Os Estados nacionais que integram o MERCOSUL renunciam a sua capacidade de intervenção reguladora sobre o processo — a reestruturação produtiva implícita na integração ocorrerá através da lógica dos mercados, ou seja, do canibalismo ou da cartelização;
- b) essa opção, todavia, não se limita à operação da integração e da reconversão produtiva, mas também aos seus efeitos sobre as estruturas regionais e sociais, segundo princípios de filosofia política já estabelecidos;
- c) por outro lado, a lógica de mercado que presidirá a reconversão não é a da expansão, ampliação e incorporação de novos setores, mas a de economias que aprofundam seus mecanismos de exclusão em contextos recessivos. Se décadas de prosperidade européia tiveram como resultado a configuração da Comunidade como uma "sociedade de dois terços", segundo a opinião corrente, a lógica de mercado do MERCOSUL supõe, na melhor das hipóteses, a configuração de "sociedades de um terço";
- d) a parte fundamental das negociações já foi realizada pelos governos (não livres de pressões "lobistas"). Só a partir da constituição do Grupo Mercado Comum é que se incorporou uma instância orgânica de diálogo com outros segmentos da sociedade, mas que está orientada por setores econômicos e restrita aos empresários.

Uma leitura da experiência da Comunidade Econômica Européia

Incansavelmente, o discurso liberal insiste em apresentar a Comunidade Econômica Européia como um exemplo exitoso de aplicação de seus princípios sagrados: retirada do Estado de qualquer intervenção na economia, liberdade máxima para a ação das forças de mercado, prosperidade geral. Essa leitura é a que preside, com a força de um exemplo indiscutível, a proposta neoconservadora do MERCOSUL.⁴ Aqui nos limitaremos a precisar alguns pontos, na medida em que isso é útil para a análise da experiência que nos interessa.

Em primeiro lugar, a unificação européia foi mais uma decisão (ou imposição?) política que econômica. Tratava-se de constituir um espaço comum de crescimento econômico e solidariedade política que: a) evitasse novos conflitos bélicos entre países europeus, depois do fracasso do primeiro Pós-Guerra; b) estabelecesse um freio à expansão soviética na Europa Central e, secundariamente, criasse uma vitrina de prosperidade capitalista (objetivo vitoriosamente atingido); c) constituísse um interlocutor viável frente ao poderio norte-americano; d) estabelecesse, pela primeira vez em grande países como a Alemanha e a Itália, um regime político democrático estável; e) integrasse nesse regime e no marco de uma economia próspera e de pleno emprego os setores populares que, como a experiência das décadas anteriores havia demonstrado, podiam ser a base de reestruturações autoritárias que punham em risco o equilíbrio internacional.

Vários exemplos comprovam essa tese, como o pioneirismo integracionista da Bélgica e de Luxemburgo (em 1922), acompanhado pela Holanda, que pretendia, com discreto apoio inglês, neutralizar a pressão da Alemanha e da França. "Por outro lado, e isto foi, certamente, o que buscavam os países do BENELUX, ao se unirem, a força de negociação tripartite passou a ser muito maior do que a dos países separados" (Tamames, 1988, p.30).

Assim como o BENELUX, outro antecedente fundamental foi a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, considerada o berço do Mercado Comum Europeu. Surgiu como uma solução para a crise gerada pelas pretensões da França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo sobre a zona de mineração mais importante da Europa, que estava sob ocupação americana e inglesa. O Governo alemão de Adenauer aceitou essa internacionalização como forma de abreviar a ocupação militar aliada e de favorecer sua recuperação econômica. Foi a alternativa encontrada para neutralizar um foco recorrente de tensões na história européia, principalmente face ao fracasso do projeto da Comunidade Européia de Defesa, rechaçado pela França. Essa solução, por sua vez, despertou a ira britânica.⁵

⁴ Por exemplo, o Engenheiro Alsogaray declarou que "As empresas européias são mais responsáveis pelo Mercado Comum que os governos", advertindo que o MERCOSUL fracassará caso se tente planificar e desconhecer o mercado (GM, 11.3.89).

⁵ Declarou Clement Atlee, na Câmara dos Comuns: "Não estamos dispostos a aceitar o princípio de que as forças econômicas de nosso país estejam em mãos de uma autoridade que é essencialmente não democrática e irresponsável".

A matriz de rivalidades internacionais que deu origem à CEE concedeu, desde o começo, um papel fundamental para os Estados nacionais como reguladores do processo de integração. Por outro lado, como já dissemos, tratava-se de reconstruir uma dinâmica de crescimento econômico que incorporasse os setores populares e legitimasse o sistema político. Um regime de acumulação de inspiração keynesiana, uma política de pleno emprego e de benefícios sociais, uma democracia de consenso, tiveram os respectivos Estados nacionais como protagonistas centrais.

O Tratado de Roma entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1958, constituindo a base da Europa dos Seis. Foi aprovado pelos respectivos parlamentos, e a maior oposição registrou-se na França e na Itália, com argumentos que nos convém destacar.

Na França, houve oposição por parte do Partido Comunista, que denunciou o projeto como sendo parte de uma reestruturação imperial dos Estados Unidos. Mais interessantes são os argumentos dos radicais. Pierre Mendes France declarou, justificando sua oposição, que o Tratado não previa a regulação das consequências provocadas pela lógica de mercado e que tenderia a agravar os problemas regionais.

"Caso não se enfrente o problema a tempo e não se adotem as medidas necessárias para assegurar uma distribuição mais adequada da indústria entre as regiões, bem como da população, as áreas menos desenvolvidas não atrairão investimentos e, inclusive, perderão alguns dos estabelecimentos industriais com que contam na atualidade".

Na Itália, o Partido Socialista (PSI) absteve-se. O dirigente Lelio Basso declarou que o Tratado necessitava de garantias que assegurassem uma proteção suficiente dos interesses dos trabalhadores italianos e um controle democrático do funcionamento das novas comunidades, além de não conter uma inspiração anticolonialista. No entanto o PSI reconheceu que a proposta tinha elementos positivos, "(...) a serem desenvolvidos não apenas pelos socialistas, mas por todos os trabalhadores e todos os democratas".

O Partido Comunista também votou contra o Tratado, mas uma declaração de Palmiro Togliatti ao **France Observateur** destacou as novas possibilidades abertas para a coordenação de esforços dos trabalhadores.

"As forças da classe operária e da democracia podem coordenar suas idéias e seus programas da ação, com a finalidade de alcançar objetivos políticos e econômicos fundamentais, como limitar o poderio dos grandes monopólios mediante controles, estendendo em cada país a orientação democrática da economia pelos parlamentos, como expressão da vontade popular, na qual tenham presença as grandes organizações sindicais".

Vemos, portanto, que a inspiração original da Comunidade Econômica Européia não foi a filosofia do livre mercado, mas uma perspectiva de grande estratégia política que, em termos econômicos, significou uma liberação dos intercâmbios internos, mas complementada com um grau crescente de protecionismo e de intervenção reguladora estatal. Vemos, também, que desde o começo houve forças políticas que, sem desconhecer a importância da iniciativa, se pronunciaram criticamente sobre a mesma.

Outra característica que diferencia o projeto do MCE do MERCOSUL é precisamente a perspectiva de expansão infinita de possibilidades de mercado, já que se abriam fronteiras entre países que propunham a incorporação dinâmica de maiorias nacionais em um sistema político democrático, baseado em um "consenso na abun-

dância". O horizonte econômico, depois de décadas de depressão e de guerra, era o de uma vigorosa expansão do consumo popular. Era essa perspectiva que criava condições para a rentabilidade dos investimentos em bens de capital e em infra-estrutura. Aproximava-se uma mudança total no regime social de acumulação europeu, a tentativa de transplantar para a Europa a dinâmica de acumulação da economia norte-americana, o "fordismo".

Nesse ponto, as diferenças em relação ao MERCOSUL são fundamentais. O que está em jogo neste último é a implementação de um regime de acumulação restritivo, que não prevê, a médio prazo, uma expansão significativa do consumo popular ou do investimento público, mas, sim, sua restrição e, portanto, a redução das oportunidades de mercado. A proposta de integração, portanto, tem um valor substitutivo, de ampliar o mercado em extensão, já que não é possível aumentá-lo em profundidade, e de tornar rentáveis os estoques de capital produtivo já instalados, ao invés de criar perspectivas para novos investimentos em função de ampliações futuras do mercado em termos de profundidade.

No caso europeu, a previsão de expansão do mercado aliviou os conflitos intra-setoriais, na medida em que a integração criaria mais espaço para todos. No caso do MERCOSUL, as características excludentes do regime de acumulação condicionam a dinâmica do processo de integração. Aparecem possibilidades de mercado externo frente às restrições do mercado interno, mas não existem alternativas que compensem aos que sofrem a pressão das importações. A indústria argentina de alimentos, em setores como o dos laticínios e o dos vinhos, avançará sobre a produção brasileira. Outros setores industriais brasileiros, por sua parte, avançarão no mercado argentino, à custa de seus concorrentes locais.

Em termos de perspectivas de acumulação, o horizonte do MERCOSUL é o de um modelo de "soma zero", onde, se alguém ganha, é porque outro perde.

Um tema que nos interessa examinar de forma especial é o da política agrícola da integração européia. A teoria econômica clássica sempre soube reconhecer as particularidades da produção agrícola em relação à industrial, expressas de forma teórica em leis: a Lei de Turgot, ou dos rendimentos decrescentes, a Lei de Engel (à medida que aumenta a renda, diminui o percentual de gastos com o consumo de alimentos), a Lei de King (em um mercado livre, a um aumento da produção de alimentos corresponde uma redução mais do que proporcional nos preços). A essas leis, vinculadas a mecanismos de mercado, devem-se somar complicações próprias da dependência em relação ao meio natural (clima, regime hídrico, capacidade do solo) e das condições do trabalho agrícola.

Por essas razões, a produção agrícola é altamente vulnerável à ação dos mecanismos de mercado, já que sua capacidade de adaptação é muito limitada. Essa vulnerabilidade se agrava frente a processos de eliminação das restrições ao comércio exterior, que supõem uma incorporação abrupta a um regime competitivo, ao qual as atividades agrícolas não poderão adaptar-se, não apenas por razões de capacidade empresarial, tecnológica ou financeira, mas por limitações naturais. Essa é a causa pela qual, desde que se constituiu, ao longo do século XIX, um mercado internacional de produtos agrícolas, os países europeus, com exceção da Inglaterra, estabeleceram mecanismos de proteção da produção interna. Houve razões econômicas, estratégicas (evitar depender do transporte marítimo, monitorado pelo poderio naval inglês) e políticas (as classes sociais agrárias eram um componente fundamental das alianças que constituíam os regimes de acumulação, fossem grandes proprietários de terras,

como os "junkers" prussianos e a nobreza siciliana, ou camponeses, como os franceses e os alemães ocidentais).⁶

Como afirmou um especialista:

"Nenhum país, em nenhuma época, escolheu uma forma completa de livre comércio no campo agrícola, porque a experiência mostra que uma simples liberalização do intercâmbio é ao mesmo tempo ineficiente e perigosa (...). Assim, portanto, por razões sociais, ecológicas e políticas, a economia agrícola não pode ser submetida sem precauções às pressões do comércio exterior" (Gaillard, 1984, p.210-1).

Segundo as prescrições da economia ortodoxa, os benefícios fundamentais da integração transnacional residiriam na especialização produtiva a partir de vantagens comparativas. Só que, no setor agrícola, a lógica da especialização levaria ao desmantelamento completo de setores, alguns produtivos, com catastróficas consequências sociais (em relação às quais as análises ortodoxas são insistentemente indiferentes).

"Assim, um processo de integração que abruptamente gerasse especialização agrícola entre os países-membros provocaria, quase certamente, fortes desequilíbrios: queda da produção agrícola e aumento do desemprego rural, crises nos segmentos de pequenos produtores no país menos eficiente, aumento das migrações rural-urbanas, desequilíbrios comerciais significativos, etc. (...). As experiências históricas mostram que a dinâmica de ajuste das atividades agrárias é mais lenta e difícil que em outros setores econômicos e que as mudanças na estrutura agrária provocam impactos relevantes sobre todo o corpo social." (Villalobos, 1990, p.124-5).

A constituição do mercado comum acelerou um processo já em curso, de crise de reconversão da agricultura europeia, provocado por mudanças tecnológicas e pela estruturação de complexos agroindustriais. Esse processo

"(...) provocou, muito especialmente na Itália e na França, um aumento muito considerável do êxodo rural, no qual a França perdeu, em oito anos, a quarta parte de sua população agrícola, e a Itália, cerca de um terço no intervalo de dez anos" (Gorz, 1968, p.157).

⁶ Lembremos que na Grã-Bretanha o campesinato foi eliminado a sangue e fogo desde o século XVI, e as terras foram empregadas na criação de ovelhas: "as ovelhas comeram os homens". Em 1846, foi abolida a legislação protecionista das Corn Laws, e a agricultura irlandesa precipitou-se em uma crise gigantesca, resolvida através da mortalidade e da emigração para as colônias e para os Estados Unidos. Os outros países industrializados não seguiram esse modelo, porque tinham camponeses e não tinham colônias em climas temperados. A Alemanha consolidou seu "casamento do aço com o centeio", conciliando acumulação industrial com protecionismo agrícola. Esse regime de acumulação consolidou um bloco agrário conservador, incorporando os camponeses. A social-democracia, inspirada pelas teses de Kautsky, foi decididamente livre-cambista, com o que conseguiu ganhar o ódio eterno dos camponeses, isolar a classe operária de qualquer aliado e, indiretamente, preparar o caminho para o nazismo. Desde então, na Europa Ocidental, os camponeses votam com a direita, que formula uma política para eles —, como a Política Agrícola Comum (PAC), enquanto a esquerda os ignora. O Japão, por sua vez, é absolutamente protecionista em relação a sua produção agrícola, ao que deve seus gigantescos saldos comerciais.

A complexidade do problema que as diferentes economias agrícolas nacionais apresentavam para o projeto da Comunidade Econômica Européia fez com que o Tratado original não se ocupasse do tema, que ficou a cargo de uma conferência especial, reunida em julho de 1958, na cidade italiana de Stressa, com o objetivo de estabelecer as bases de uma política agrícola comum. Uma das conclusões dessa reunião sublinha o caráter estratégico da pequena produção no novo modelo econômico e político que se buscava implantar.

"Tendo em conta a importância das estruturas familiares na agricultura européia e a vontade unânime de salvaguardar esse caráter familiar, conviria que se utilizassem os meios disponíveis para aumentar a capacidade econômica e competitiva das empresas familiares." (Tamames, 1988, p. 121).

Essas conclusões orientaram o que foi chamado de Plano Mansholt, que deu origem às negociações para estabelecer uma Política Agrícola Comum, o mais amplo sistema de regulação da produção agrícola até então concebido. As negociações (que levaram a conflitos com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos) estenderam-se até 1964, quando se resolveu o problema do preço do trigo, tomando como base de cálculo o mercado de Duisburg, no vale do Ruhr.

A PAC consiste, principalmente, em uma regulação da produção agrícola e das trocas a partir de um complexo sistema de preços. De fato, supõe um alto grau de protecionismo em relação ao exterior da CEE e um forte apoio à rentabilidade das explorações agrícolas sustentadas por um conjunto de subsídios estatais (que consomem 70% do orçamento da Comunidade), através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrária (FEOGA), formado, basicamente, a partir dos impostos sobre as importações.

Em virtude desse sistema, a CEE deixou de ser importadora de produtos agrícolas, passando a produzir enormes excedentes que transbordam para o mercado internacional. Essa situação reforçou a necessidade de regulação da produção, e novos subsídios foram estabelecidos para aqueles que limitassem sua produção. O desenvolvimento do turismo e as crescentes preocupações com o meio ambiente deram origem a outra linha de política creditícia, vinculada à preservação ambiental.

"A Europa gasta muito dinheiro todos os anos para ajudar granjeiros ineficientes a seguirem cultivando, por uma única razão: manter a paisagem da forma em que está, e a principal beneficiária disso é a indústria do turismo. Isso ocorre na Itália central e sobretudo na Alemanha, particularmente na Baviera, onde se gasta muito dinheiro anualmente com esse objetivo ecológico: manter unidos os pequenos vilarejos, manter a paisagem da forma em que está e manter a ecologia em estado ótimo." (Gaillard, 1984, p.211-2).

O FEOGA participa com 50% das despesas locais de apoio à constituição de organizações de produtores. No caso de produção excessiva, essas organizações retiram seus produtos do mercado e recebem indenizações estatais.

A entrada da Espanha e de Portugal representou um novo desafio para o setor agrícola da Comunidade. A área cultivada desses países equivale a 21% do total da CEE; 18% da População Economicamente Ativa espanhola e 24% da portuguesa dedicam-se à agricultura; são os maiores produtores mundiais de cítricos e importan-

tíssimos produtores de vinhos e de azeites; apresentam grandes diferenças de fertilidade, estruturas agrárias de baixa produtividade e grandes carências de infra-estrutura. "Não surpreende, portanto, que a agricultura tenha sido o problema mais difícil nas negociações de adesão" (Arbuthnott & Edwards, 1990, p.103).

Finalmente, foram estabelecidos prazos de transição por produto, que vão de sete a 10 anos, para possibilitar a adaptação dos produtores às condições do Mercado Comum. No caso de Portugal, a Comunidade financia, a fundo perdido, 46% dos investimentos necessários para a reconversão das unidades agrícolas afetadas pela integração.⁷

Outro tema que nos interessa destacar é a questão regional. Ao cabo de duas décadas de experiência de integração europeia, observou-se que os efeitos espaciais do processo tendiam a manter ou, inclusive, a agravar as desigualdades regionais (e isso apesar da PAC, que protege a produção agrícola). Por um lado, temos áreas onde predomina a agricultura subdesenvolvida, com baixos níveis de renda e elevados índices de desemprego, como a maior parte da Espanha, o sul da Itália, a Grécia, a Irlanda e Portugal. Outras regiões com problemas são aquelas de alta especialização industrial, que se viram afetadas pela reconversão ou desaparecimento de indústrias, como a Inglaterra, zonas da França e da Bélgica ou as Astúrias na Espanha.

Durante os anos 70, esses problemas foram colocados em evidência, e a partir de 1975 começaram a ser implantados programas de desenvolvimento regional. Criou-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que financia 20% dos investimentos voltados para a criação de novos empregos e 40% dos investimentos em infra-estrutura. O relatório Padoa-Schioppa, de 1987, advertiu sobre a possibilidade de um aumento das disparidades regionais, apesar da ação do Fundo, o que levou à duplicação dos seus recursos (Tamames, 1988, p.201).

Perspectivas do MERCOSUL

Indicaremos a seguir algumas perspectivas possíveis que, a nosso juízo, a consolidação do MERCOSUL pode implicar para as sociedades argentina e brasileira. Não pretendemos, evidentemente, esgotar o tema, mas apenas sugerir uma agenda de questões que poderia servir de orientação para a reflexão acadêmica e política.

O setor industrial

- a) Em primeiro lugar, pode-se esperar um incremento na concentração e centralização de capitais, com um número crescente de acordos entre grandes empresas de capital multinacional e regional para redistribuição de espaços de

⁷ Conferência de Amâncio Ames de Azevedo, Embaixador da Comunidade Econômica Europeia no Brasil, na Universidade Católica do Rio de Janeiro, 14.10.88.

mercado. No contexto de uma concorrência entre oligopólios, a integração exigirá novos níveis de eficiência e competitividade por parte das empresas, mas isso não necessariamente reverterá em reduções de preços, como pretende a leitura liberal.

- b) Ao mesmo tempo, novas oportunidades abrir-se-ão para pequenas e médias empresas que não dependam estritamente de compradores oligopsônicos e que possuam capacitação organizacional e locacional para incorporar-se vantajosamente à evolução dos mercados unificados. Seria o caso do que foi denominado de "industrialização difusa" européia, um dos segredos da prosperidade italiana no Mercado Comum. Sem dúvida, alguns setores e regiões do MERCOSUL poderiam prosperar nesse contexto, como o importante núcleo industrial de calçados de Novo Hamburgo, no sul do Brasil.⁸ Essas indústrias podem ser favorecidas ao ampliar-se seu mercado final, obtendo, ao mesmo tempo, vantagens no seu abastecimento de insumos. Mas devemos destacar, ainda, que a competitividade dessas empresas repousa, em grande parte, em condições especialmente penosas de trabalho, como é também o caso de Novo Hamburgo (Ruas, 1989). Manuel Delgado, Presidente da Câmara da Indústria do Calçado da Argentina, estimou que a indústria brasileira tem melhores condições de competitividade devido aos seus avanços tecnológicos (fábricas mais mecanizadas e processos de produção mais ágeis), mas também devido a uma maior exploração da força de trabalho: "(...) enquanto no Brasil cada operário recebe uma média de US\$ 70 por mês, na Argentina o salário mensal é de US\$ 500" (GM, 27.4.91).
- c) Muitas outras empresas, no entanto, não conseguirão acompanhar essa "performance". Na França, por exemplo, durante os cinco primeiros anos que se seguiram ao Tratado de Roma, desapareceram 20% das pequenas empresas de construção elétrica e 30% da indústria têxtil. Muitas empresas podem não desaparecer, mas são incorporadas por grandes grupos econômicos como ofertantes marginais em um mercado oligopolizado.
- d) Essa reestruturação poderá ter grandes efeitos sobre os mercados de trabalho. A previsão óbvia é a de um aumento do desemprego global, sem perspectivas de ser neutralizado pelas eventuais reativações setoriais, que absorverão capacidade ociosa ou incorporarão tecnologias intensivas em capital.
- e) O novo nível de competitividade, o processo de reconversão e o aumento do desemprego terão efeitos negativos não apenas sobre os salários reais (com o que se reforçarão as limitações de mercado da integração), mas também sobre os níveis atuais das relações trabalhistas. Na Argentina, por exemplo, o MERCOSUL é utilizado para justificar uma maior flexibilidade dos trabalhadores, em nome da competitividade: apela-se para os "interesses nacionais" para completar o retrocesso social e o isolamento político dos trabalhadores. No

⁸ A percepção dos industriais do setor é de que a tradicional indústria argentina de calçados será arrasada, de acordo com a lógica do MERCOSUL. Como isso não seria um objetivo desejável, tratar-se-ia de obter acordos, em função de mercados externos (Volk, 1991). Segundo Volk, o MERCOSUL abrirá novas possibilidades para seu setor, já que permitirá o acesso ao couro argentino, de melhor qualidade e preço. A Argentina venderia o couro e compraria do Brasil os sapatos, o pesadelo do nacionalismo argentino !!! Sobre essa indústria, ver o interessante estudo de Ruas (Ruas, 1989).

plano trabalhista, a perspectiva, para os quatro países, parece ser a de um fracionamento ainda maior do setor, em uma perspectiva de nivelção por baixo de padrões salariais e condições de trabalho.

O setor agrícola

No setor agrário, as tendências à concentração, por um lado, e à regressão e dispersão, por outro, podem ser ainda maiores.

- a) A concentração no setor produtor de insumos para a agricultura e no setor agroalimentício tenderá a aumentar ainda mais a subordinação dos pequenos produtores, com todas as conseqüências previsíveis (crise da pequena produção, migrações, crises de abastecimento localizadas, etc.).
- b) Por outro lado, a perspectiva de um mercado unificado de dimensões continentais provocará uma violenta reestruturação da produção agrícola, segundo as condições naturais. A notável potencialidade argentina em produtos agrícolas de clima temperado se fará sentir no sul do Brasil, enquanto a produção brasileira eliminará do mercado argentino os produtos tradicionais do nordeste e noroeste da Argentina, como o açúcar, o algodão e a erva-mate. Deve-se destacar que a produção agrícola do pampa úmido argentino é também altamente competitiva em relação à uruguaia. O agrônomo Adrian Tamber calculou os custos, em dólares por hectare, na Argentina e no Uruguai, para quatro produtos. Os rendimentos argentinos são sempre maiores; e os custos, menores. Os valores (US\$/ha) são: trigo, 86 a 210; milho, 136 a 186; girassol, 142 a 211; soja, 184 a 271 (El País, 6.4.91). Segundo dados da FAO, os rendimentos do Brasil, para o trigo, o milho e a soja, são também muito inferiores aos argentinos (Villalobos, 1990, p.131).

A questão regional

Parece provável que o conjunto dessas perspectivas se manifeste sob a forma de uma redefinição conflitiva da questão regional. Mais do que entre países, a integração, sob condições de livre mercado, tenderá a assumir a forma de uma integração entre regiões privilegiadas, desarticulando esquemas já estabelecidos de divisão regional do trabalho. As regiões capazes de enfrentar as novas condições de competitividade e de se aproveitar da dinâmica do mercado unificado serão, também, as mais favorecidas pelos novos fluxos de investimentos. Dessa forma, aumentarão os desníveis regionais e, com eles, poderão até ser redefinidas as formulações clássicas da unidade nacional.⁹

⁹ A relação entre a formação do Estado nacional e a divisão inter-regional do trabalho na Argentina do século XIX foi examinada em nossa tese de doutorado (Alimonda, 1982).

O problema será seguramente maior na Argentina do que no Brasil. No Brasil, as importações da Argentina afetarão gravemente o setor agrícola dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e eliminarão do mercado os produtores de baixa produtividade do Brasil Central. No entanto essa crise setorial será compensada com a introdução de novos cultivos para o mercado interno e para a exportação (como o girassol, por exemplo). Fora do setor agrícola, de qualquer forma, existem na região atividades industriais que serão dinamizadas com a integração.

Diferente seria o caso do norte argentino. Essa região se integrou economicamente a uma divisão regional do trabalho como produtora de bens agrícolas subtropicais, abastecendo as grandes concentrações urbanas e industriais do pampa úmido, onde se têm localizado, historicamente, os pólos de crescimento. É o caso do açúcar no noroeste argentino (Tucumán, Salta e Jujuy), desde fins do século XIX, e do algodão, do chá e da erva-mate no nordeste (Chaco, Corrientes e Misiones), que configuraram complexos produtivos de monocultura, de baixa produtividade em termos internacionais, cuja subsistência deveu-se ao fato de contar com um mercado interno protegido. Se o processo de desindustrialização e de recessão crônica da economia argentina já afetou esses setores nos últimos anos (a economia de Tucumán, em particular, está em crise desde a década de 60), as importações brasileiras prometem eliminá-los definitivamente do mercado.¹⁰ Pode-se prever, então, uma crise regional de enormes dimensões, já que a reconversão dessas economias agrícolas, baseadas na pequena produção pouco tecnificada, não parece fácil,¹¹ principalmente porque o Brasil pode prover também qualquer outro produto substitutivo no qual essas áreas pudessem especializar-se. Até o momento, a única alternativa viável para o nordeste parece ser o aumento da produção do arroz para o mercado brasileiro. Considerando que a região do pampa úmido, amplamente competitiva, será favorecida com a constituição do MERCOSUL, e que sua demanda já não será dirigida para os cultivos industriais do norte argentino, mas, sim, para o Brasil, pode-se prever um agravamento dos desequilíbrios regionais argentinos em uma dimensão até agora desconhecida. Estariam em uma situação semelhante à do pampa úmido duas economias regionais importantes, a vitivinicultura de Mendoza e San Juan e a produção frutícola de Rio Negro e Neuquén, competitivas em relação ao sul do Brasil.

Já há muitos anos, e notoriamente no Governo Menem, observa-se na Argentina uma dinamização dos cenários políticos provinciais, talvez como subproduto da crise de representação e de identidade que assola a cena política nacional. Essas situações alcançam níveis críticos precisamente quando o avanço das propostas de integração com países vizinhos põe em evidência a desagregação progressiva do espaço político e econômico argentino. Um exemplo foi a crise na província patagônica de Santa Cruz, em julho/agosto de 1991, detonada pela proposta da Chancelaria Argentina para

¹⁰ É interessante indicar que essa perspectiva catastrófica se apresenta claramente no Paraguai. "Os industriais do açúcar no Paraguai não têm dúvidas: o Brasil vai nos arrasar (...). O MERCOSUL é visto como terrível para os interesses do Centro Açucareiro Paraguau". O quilo do açúcar paraguaio é vendido a US\$ 0,33; e o brasileiro, a US\$ 0,27 (ZH, 3/9/91).

¹¹ Vejamos alguns dados sobre o nordeste argentino. O setor agropecuário representa 30% do produto regional, contra apenas 10% da indústria e 60% dos serviços. Dentre os estabelecimentos rurais, 65% são minifúndios, decididamente integrados ao mercado através de complexos agroindustriais, em geral monocultores de matérias-primas (Carvalho, 1991, p.15-6).

resolver o litígio fronteiriço com o Chile na Lagoa do Deserto.¹² Regiões que vêem declinar sua participação no conjunto nacional e entrar em crise o modelo anterior de "integração nacional" são cena de verdadeiras rebeliões contra o poder central. Não seria surpreendente que situações similares se reproduzissem no norte, face às perspectivas colocadas pelo MERCOSUL.

Desafios para a imaginação política

Como as forças políticas que se inscrevem em uma perspectiva democrática e popular enfrentarão este novo cenário? As respostas não podem ser dadas em um texto acadêmico, mas trataremos pelo menos de indicar alguns pontos para um debate.

No curto prazo, não parece possível oferecer alternativas à consolidação do MERCOSUL. Não apenas pela debilidade e desorganização do campo popular, como também por sua heterogeneidade e, inclusive, pela marcada falta de informação e ausência de debate público sobre o problema.

Por esse motivo, parece-nos que nem mesmo seria desejável uma atitude de aberta oposição ao MERCOSUL. Mas também seria perigoso ignorá-lo, com o argumento de que "apenas vai beneficiar os empresários". Também prejudicará alguns empresários e certamente prejudicará muitos trabalhadores, embora outros venham a beneficiar-se.

Recentemente, em uma conferência no Rio de Janeiro, Giuseppe Vacca usou uma metáfora gramsciana: a "internacionalização passiva". A internacionalização está ocorrendo, irreversivelmente, por cima das forças populares, sem convocar a sua participação. É necessário, então, que essas forças se mobilizem e assumam um papel ativo, autônomo e democratizador do processo. Se não impedirem, devem tratar de minimizar seus efeitos negativos e estar dispostas a atuar nas novas condições.

No curto prazo, os partidos políticos e as organizações populares devem abrir o debate nos âmbitos regionais e nacionais, solicitando informações sobre o processo, formulando diagnósticos setoriais e globais, discutindo alternativas com os setores afetados. Deve-se reivindicar participação nas negociações, mas apenas quando ela não seja meramente decorativa.

Enquanto isso, deve-se preparar o terreno para uma internacionalização democrática. Será necessário conhecer os possíveis aliados, tarefa na qual os intelectuais poderão dar contribuições importantes. Esse conhecimento supõe colocá-los em sua historicidade concreta, tendo em vista suas possibilidades e também suas limitações. Será necessário conhecer os cenários políticos nacionais e regionais e preparar-se para neutralizar chamamentos nacionalistas que, ao opor-se à integração, o façam em nome de cortes ou identidades que dividam as forças populares.

¹² Panfletos lançados no centro de Buenos Aires, durante a primeira semana de agosto de 1991, denunciavam a Chancelaria, o Presidente, o Congresso e os Ministros por, entre outras coisas, "(...) usarem o que é permanente (a soberania nacional) como uma aviltada moeda de troca para obter o transitório (uma suposta integração)".

As tarefas e as possibilidades que se abrem para o movimento sindical são enormes. Talvez a melhor alternativa seja manter a autonomia política das centrais sindicais, estreitando os laços de colaboração a nível setorial. Em primeiro lugar, será necessário o conhecimento mútuo entre os sindicatos e seus membros e a comunicação intensa no que se refere a condições de trabalho, de negociação e, em geral, à evolução de todo o setor. Já estão atuando nesse sentido, por exemplo, sindicatos metalúrgicos e da indústria automotriz.

Será necessária uma informação sistemática sobre esses temas, para que se possa enfrentar as relações com as patronais na nova etapa do MERCOSUL. Isso permitirá a convergência indispensável de reivindicações regidas sempre pelo princípio inegociável de nívelar "por cima", e não "por baixo". Essa será a única forma de se evitar retrocessos, bem como de evitar que os avanços reivindicatórios em um contexto nacional se transformem em prejuízos para os trabalhadores da mesma empresa ou setor em outro país. A internacionalização dos capitais e dos mercados obriga o movimento sindical a internacionalizar as suas estratégias.

As organizações do setor agrícola, por sua parte, devem buscar formas associativas que transcendam as fronteiras; cooperativas e outras associações de produtores que facilitem sua defesa contra os monopólios de comercialização, que permitam influir na política de preços, de incorporação de tecnologia e, principalmente, propor modelos alternativos solidários de organização da produção. Nesse sentido, já se estão efetuando encontros na região missioneira, que congregam pequenos produtores argentinos e brasileiros.¹³

Todavia, além dessa imprescindível estratégia defensiva, o movimento democrático deve formular também estratégias positivas que conquirjam na constituição de uma "linha de frente" internacional, a partir de bases nacionais. Isso suporá, por exemplo, a capacidade para participar de, ou propor, alternativas de reconversão setoriais ou regionais. Sem descuidar do plano nacional, parece que, muito provavelmente, o âmbito regional (os estados do sul do Brasil, o nordeste argentino e os outros dois países, Uruguai e Paraguai) seja o espaço privilegiado para exercer essa estratégia. Será esse o âmbito no qual as organizações populares poderão desenvolver suas propostas de internacionalização com uma maior perspectiva de repercussão e, a partir daí, chegar ao plano nacional.

Uma estratégia de ação transnacional não parece viável nem mesmo a médio prazo e, no momento atual, não poderia significar mais do que declarações de cúpula, com dificuldades até para formular um programa mínimo. Pelo contrário, estratégias setoriais e regionais permitiriam que ações conjuntas fossem desenvolvidas imediatamente, que fossem acumuladas forças e experiências, que surgisse uma capacitação para influir na conquista democrática da integração.

No flanco deixado pela proposta canibal de integração, pela onipotência dos mercados, há um grande espaço a ser ocupado. A unidade latino-americana, acima de tudo, sempre fez parte do horizonte democrático e popular latino-americano.

¹³ Houveram encontros em maio de 1990 (Puerto Iguazú) e março de 1991 (Santo Cristo), sendo previsto um ato público conjunto em San Javier, no dia 12 de outubro de 1991. Nos dias 7 e 8 de dezembro de 1989 realizou-se o Encontro Cooperativista do Cone Sul, organizado pelas cooperativas do Rio Grande do Sul em Santana do Livramento, congregando 250 cooperativistas da Argentina, do Brasil e do Uruguai.

Uma primeira linha de ação pode ser, então, recuperar alguns elementos presentes na proposta original no Programa de Integração, descartados pelo projeto do MERCOSUL. Retomar, dotando de um sentido próprio, uma visão da integração que não se esgote em trocas comerciais, mas que também avance decididamente em termos políticos e culturais. Essa proposta deverá recuperar também os projetos abortados de colaboração tecnológica, redefinidos com o objetivo de atender às necessidades populares.

A médio prazo, consolidado um espaço legítimo e efetivo de ação a nível regional, dever-se-á assumir a discussão da reconversão regional que, inevitavelmente, abarcará os espaços políticos locais em um conflito com o poder nacional, caso este persista em sua orientação de Estado mínimo. Essa reconversão exigirá um compromisso estatal não apenas em termos financeiros, mas também políticos. Não apenas se discutirá o apoio creditício aos projetos de reconversão industrial regional, de recuperação dos níveis de emprego e de apoio aos produtores agrícolas assolados pela concorrência, como também se tornará evidente a necessidade de uma presença reguladora dos poderes públicos nessa esfera. A efetividade das ações realizadas e a acumulação de forças permitirão uma participação nesse processo, na forma de um planejamento democrático; outra razão para insistir na prioridade das ações no âmbito local e regional.

Porém o argumento fundamental (que é um princípio e também um objetivo final) para enfrentar os problemas decorrentes da integração do MERCOSUL é ter sempre presente que os conflitos e crises inerentes à proposta se originam apenas da persistência de um regime de acumulação restritivo e excludente. Uma reestruturação da economia e dos padrões de consumo dos quatro países vinculados ao MERCOSUL, no sentido da satisfação das necessidades básicas de seus habitantes, eliminaria, sem dúvida, as perspectivas do modelo de "soma zero" que ora se apresenta.

Bibliografia

- ALIMONDA, Héctor (1988). O impacto dos acordos com a Argentina na agricultura brasileira. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, IRI/PUC, 4(8), jul./dez.
- ALIMONDA, Héctor (1982). **Paz y administración - ordem e progresso: expansão exportadora e formas políticas na Argentina, 1860/1916, e no Brasil, 1889/1930**. São Paulo, USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Tese de Doutorado).
- ARBUTHNOTT, Hugh & EDWARDS, Geoffrey (1990). **Guia do mercado comum**. Lisboa, Edições 70.
- CARVALLO, Carlos (1991). Produtos regionais e complementação alimentar. In: **ENCUENTRO FRONTERIZO DE ORGANIZACIONES RURALES**. Santo Cristo. **Anais...**Santo Cristo.
- CHUDNOVSKY, Daniel (1990). La integración económica entre Argentina y Brasil: balance preliminar y perspectivas. In: HIRST, Mónica, org. **Argentina-Brasil, perspectivas comparativas y ejes de integración**. Buenos Aires, Tesis.

- DE BENEDICTIS, Michele (1990). **Desenvolvimento agrícola e políticas para a agricultura: trinta anos de experiência na comunidade européia**. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA.
- GAILLARD, William (1984). La racionalización del comercio de productos agrícolas y los objetivos nacionales de autosuficiencia en mercados comunes. In: BID. **La integración latinoamericana en la década de los ochenta**. Buenos Aires, INTAL.
- GAZETA MERCANTIL (11.3.89). São Paulo.
- GORZ, André (1968). **Estratégia operária e neocapitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARQUES, Renato (1991). **Mercosul: origens, evolução e desafios**. (mimeo)
- NAPOLITANO, Giorgio (1989). **Oltre i vecchi confini: il futuro dello sinistro e l'Europa**. Milano, Mandadori Editore.
- EL PAÍS (6.4.91). La agricultura en el MERCOSUR. s.l.
- RUAS, Roberto (1989). **Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho: condições objetivas de controle na indústria de calçados**. Porto Alegre, FEE.
- TAMAMES, Ramón (1988). **La comunidad europea**. Madrid, Alianza.
- VILLALOBOS, Ruy (1990). El papel del sector agropecuario en el proceso de integración Argentina-Brasil-Uruguay: límites estructurales y potencialidades de las políticas agrícolas. In: SEMINARIO A INTEGRAÇÃO ARGENTINA-BRASIL-URUGUAI: opções e desafios para os seus sistemas agroindustriais e alimentares. Itaguaí. **Anais...** Itaguaí, Universidade Rural.
- VOLK, Horst (1991). **Mercosul**. Novo Hamburgo, FENAC. 30.8 (entrevista)
- ZERO HORA (3.9.91). Porto Alegre.